ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 1519-7816

REVISITANDO AS METODOLOGIAS QUE DESMISTIFICAM O FIM DO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Lucas Alves Pereira

Doutorando na Universidade Federal de Uberlândia
E-mail: lapereira.geo@gmail.com

Resumo

Durante um longo período e com resquícios ainda hoje, a relação entre o ideário de desenvolvimento ligado essencialmente ao urbano trouxe ao rural um papel subalterno, ligado a visões de atraso e esvaziamento, sendo fortalecidas pelas questões normativas e legais que tiveram peso significativo para consolidar o projeto de rural inferior ao urbano. Para tanto, esta proposta tem como objetivo investigar as metodologias que desmistificam o fim do rural no brasileiro. O percurso centrou-se em torno da busca de referências que abarcassem como o processo de construção de um rural brasileiro se apresentou ao longo das últimas décadas (1990 – 2010), no momento posterior foi desenvolvido encadeamento do entendimento do processo de produção do espaço rural brasileiro e suas abordagens, considerando questões normativas e analíticas, chegando às metodologias utilizadas pelos autores que trabalham a temática. As metodologias delimitadas respeitaram uma ordem cronológica e lógica de agregação de novos elementos, deste modo, foram selecionadas a OCDE (1994), Veiga (2003), Blume (2004), Girardi (2008) e o "Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas". Ao final, foi possível perceber nitidamente o ganho que as metodologias pautadas em delimitar o rural por meio de territorialidade auxiliam na leitura dos novos conteúdos, ainda fomentando o debate sobre o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Rural-urbano. Metodologias. Territorialidade.

REVISITING METHODOLOGIES THAT DEMISIFY THE END OF RURAL IN CONTEMPORARY BRAZIL

Abstract

Over a long period and still manifest today, the relationship between the idea of development essentially linked to the urban has brought to the rural a subordinate role, linked to visions of delay and emptying, being strengthened by the normative and legal issues that had significant weight for consolidate the project from rural to lower than urban. Therefore, this proposal aims to investigate the methodologies that demystify the end of rural in Brazil. The course centered around the search for references that encompassed how the process of building a rural Brazilian has presented itself over the last decades, in the subsequent moment was developed the understanding of the process of production of the Brazilian rural space and its approaches, considering normative and analytical questions, arriving at the methodologies used by the authors that work the theme. The delimited methodologies respected a chronological and logical order of aggregation of new elements. Thus, OECD (1994), Veiga (2003), Blume (2004), Girardi (2008) and the "Rethinking the Concept of Rurality in the Project" were selected. Brazil: implications for public policy". In the end, it was possible to clearly perceive the gain that the methodologies based on delimiting the rural through territoriality help in the reading of the new contents, still fostering the debate on territorial development.

Keywords: Rural-urban. Methodologies. Territoriality.

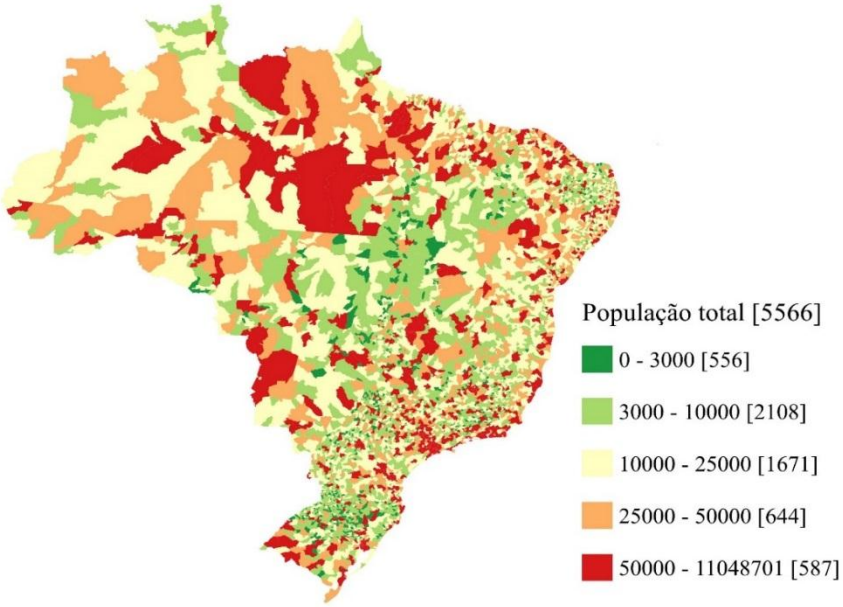
Introdução

A pretensiosa ideia tão alardeada do inexorável avanço da cidade sobre o campo nos dá um panorama do quanto o espaço-tempo enquanto objeto da Geografia resguarda contradições inerentes a sua produção, assim, com o significativo aumento da velocidade dos processos sociais proporcionado por motores econômicos, tecnológicos e culturais fazem com que cada vez mais as ciências afins procurem meios de entender a dinâmica espacial. Sua mutabilidade e efemeridade traz consigo a permanente reestruturação das formas (objetos) e seus respectivos conteúdos que envolvem fluxos, identidades, conceitos e usos, este último contemplando a apropriação e dominação do espaço na forma de territorializações.

Nesta perspectiva, a presente proposta versa sobre temática das novas abordagens do rural brasileiro a partir de metodologias que procuram valorizar o campo, tratando-o como uma forma com conteúdos específicos que se metamorfosearam, sobretudo desde o último século, mas que não se perderam. Propõe-se então como objetivo: investigar as metodologias que desmistificam o fim do rural no brasileiro.

Consideramos ser necessário entender as principais abordagens que gravitam em torno das recentes metodologias, sendo: uma primeira de ordem normativa que no Brasil possui caráter essencialmente setorista, que vigora desde meados da década de 1930, preconizando a dicotomia campo e cidade a partir de determinações que distinguem as duas formas a partir de sua confrontação, ponderando o entendimento apenas de marcos legais, sendo a cidade a sede do município e todos seus habitantes considerados “urbanos”; de outra forma, uma abordagem analítica repousa sobre o fato de observar as transformações ocorridas, evidenciando a dinâmica das trocas entre cidade e campo, entre seus conteúdos, procurando em algum sentido uma espécie de métrica entre o que é realmente rural no contexto brasileiro, e ainda considerando formas intermediárias, mediante a observação de pequenas cidades (FIG. 1) que figuram em grande parte do território brasileiro. Ocorre ainda um desenvolvimento desta perspectiva, visando encontrar as nuances das transformações qualitativas ocorridas.

FIGURA 1 - População no Brasil por municípios (2010)



Fonte: IBGE (2010); Organização: Autor (2019)

Sobre as pequenas cidades, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, do total de municípios no Brasil 10% possuem até três mil habitantes, enquanto aproximadamente 38% estão delimitadas entre três e dez mil habitantes, o que demonstra expressivamente a tendência da forte ruralidade ser encontrada em quase metade dos municípios do país, se consideradas as relações econômicas e sociais vinculadas às cidades neles localizadas. As pequenas cidades ocupando grande quantidade dentro do território nacional, demonstra a contradição quando seguimos critérios normativos para a delimitação do urbano e rural, neste sentido, demonstra interessante objeto de pesquisa, o que nos leva a justificar todo o empenho na realização de observações e análises nesta temática, evidenciando alternativas metodológicas que visem valorizar uma delimitação de rural que busque dar visibilidade às territorialidades existentes, proporcionando um melhor entendimento da realidade.

Ademais, ainda que nas últimas duas décadas (2000-2010) a temática rural tenha ganhado contornos expressivos no meio acadêmico e nas políticas públicas, se faz necessário aprofundar seu debate, sobretudo pela grande estagnação vivenciada por muito tempo durante parte do século passado, pelo pouco protagonismo dos pequenos municípios (de forte conteúdo rural) que tem sua dinâmica pouco conhecida, também pelo enfrentamento de forças que visam deslegitimar o conhecimento proporcionado pela crítica, sobretudo das

particularidades da formação socioespacial brasileira diante de sua construção enquanto sociedade.

Metodologia

Em se tratando de pesquisa essencialmente bibliográfica, o percurso metodológico centrou-se em torno da busca de referências que abarcassem como o processo de construção de um rural brasileiro foi evidenciado ao longo das últimas décadas, neste sentido, a partir da disciplina "Ruralidades e Territorialidades" cursada no Programa de Pós-graduação em Geografia (UFU) no ano de 2019, nos foi apontado uma caminho para o entendimento do tema, buscamos desenvolver esta etapa das atividades mediante a utilização das palavras-chave: Campo-cidade; rural; urbano; metodologias; territorialidade.

No momento posterior, procuramos um encadeamento do entendimento do processo de produção do espaço rural brasileiro e suas abordagens ao longo das últimas décadas (1990 - 2010), considerando questões normativas e analíticas, chegando às metodologias utilizadas pelos autores que trabalham a temática, sendo ele: Organização para a Cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE) com publicação datada em 1994; Veiga (2003);Blume (2004); Girardi (2008); o "Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas". Sobre estas, diante da grande variedade de abordagens, ainda que recentemente mantenham uma característica em comum, sendo ela a abordagem territorial, optamos por apresentar as principais, tendo em vista as limitações físicas deste trabalho. Elas servem então como exemplificação das novas abordagens do rural brasileiro, concebidas a partir do território enquanto categoria geográfica e assim serão expostas. Isto posto, entendemos que ao fazer uma escolha, deixamos de lado todo um restante, por isso, este trabalho não se apresenta encerrado na medida que outras metodologias possam se apresentar fora do quadro exposto aqui.

O momento de transição e o debate teórico

No Brasil, os impactos da relação direta entre industrialização-urbanização chegou de maneira desigual no espaço-tempo, mas entendemos que a partir deste marco toda uma relação entre campo e cidade se exprimiu de maneira mais incisiva, principalmente a partir da dicotomia que dentro do modo de produção capitalista demonstra a dimensão da divisão técnica do trabalho. Sobre este processo, Lefebvre (1999) indica que a partir da terceira

revolução urbana, toda a estrutura da cidade até então estabelecida é alterada, ocorrendo sua implosão e explosão em uma reestruturação espacial e produtiva que permitiu a consolidação do modo de produção capitalista.

Desde então, nos moldes da industrialização uma forte tentativa de homogeneização técnica permeia tanto cidade, quanto campo, porém mantendo ainda a dicotomia pela divisão do trabalho. A homogeneização a que nos referimos sendo àquela voltada para uma intensa produção e reprodução do capital. Sobre as técnicas, Santos (2014, p. 47) elucida que são "um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais os homens realizam sua vida, produz e ao mesmo tempo, cria espaço". Deste modo, podemos pensá-las, a partir do momento de transição da terceira revolução urbana[1] como um conjunto de técnicas urbanas, que passam a ser incorporadas ao ambiente do campo. Na esteira deste pensamento, temos as correntes que vão conferir maior ou menor impacto a este processo, gerando resultado distintos.

À essas características, somada a outras de ordem da formação socioespacial pautada na propriedade privada e no latifúndio, devemos a herança brasileira da visão sobre o rural, que imperará desde o marco jurídico em 1938, instituindo a divisão entre cidade e campo, até meados da década de 1990, mas que ainda gera debate e apresenta resquícios, perdurando uma visão marcadamente setorial, considerando que o campo está restrito à produção agropecuária e a cidade se volta à produção industrial e ao fornecimento de bens e serviços para a população (HESPANHOL, 2013).

O campo nesta perspectiva assume o setor essencialmente primário. Esta vertente é denominada como a dicotômica, que se manifesta na relação de exploração do setor primário no campo, o considerando ainda como atrasado. Neste aspecto, Hespanhol (2013) aponta que ainda está presente em certas instituições, agências e políticas, o espaço rural entendido de maneira restrita, apenas como o local em que se realiza a produção agropecuária.

De outro modo, uma segunda vertente do debate se realiza por meio da ideia de *continuum* urbano. De acordo com Hespanhol (2013) esta abordagem assenta-se no argumento de que a ampliação dos processos de industrialização e globalização provocou a urbanização geral da sociedade, tendendo a homogeneizar todos os espaços, sejam eles rurais ou urbanos.

No pensamento a partir *continuum* encontramos o viés marcante da expansão do tecido urbano cobrindo a sociedade e promovendo a homogeneização espacial, tendo como desdobramento o que os pensadores alinhados com a perspectiva denominaram de Rurbano.

[1] Entendemos o processo de Revolução Urbana a partir do que é proposto por Soja (2008).

Segundo Wanderley (2001, p. 33), no extremo desse pensamento se encontraria uma perda da nitidez das fronteiras entre campo e cidade como espaços sociais, "sobretudo pelo fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana". A ideia de *continuum* vai além da visão dicotômica por admitir maior integração entre cidade e campo, sobretudo por meio de complementaridades funcionais.

Por fim, o debate teórico baseado na permanência, indo além do urbano-industrial, o rural como ente de diferentes ruralidades, derivadas das particularidades de cada lugar e da maneira como cada fração do espaço participa dos processos econômicos e sociais (HESPANHOL, 2013), não resultando da relação entre rural e urbano uma homogeneização social, neste sentido, a partir de Santos (2014), não existe uma globalização total, o que existem são lugares globalizados, assim como as regiões como distintas versões da mundialização. A força do lugar resistindo a imposições hegemônicas e por vezes também influenciando a ordem global. Neste contexto as mudanças ocorrem para se adaptar ao novo contexto de uma forma que permita sua recriação e/ou sobrevivência (PONTE, 2004).

Vemos então que três perspectivas delimitam o debate teórico acerca do rural no Brasil, outro fato é que cada vez mais o caminho de uma objetividade funcionalista irrestrita dá lugar a uma intersubjetividade qualitativa que busca em elementos sociais, identitários, econômicos e políticos o cerne do rural brasileiro, buscando nas especificidades um direcionamento para a análise. Para tanto, busca-se na territorialização o conceito instrumental e a partir da territorialidade os conteúdos do novo rural. Sobre estes Hespanhol (2013) nos chama a atenção que tanto rural, como urbano podem extrapolar sua origem na medida que os fluxos ocorrem e os sujeitos carregam consigo os hábitos, comportamentos e técnicas. Estes aspectos são em certa medida capazes de manter seu modo de vida, ao mesmo que pode incorporar novos, integrando os sujeitos em novas territorialidades, ocorrendo assim uma multiterritorialidade em diversas escalas e dimensões.

Para Rua (2006), as identidades territoriais criadas perfazem não simplesmente um novo rural, mas sim territorialidades hibridas, onde

> podemos dizer que a produção de um rural híbrido transcende as condições materiais e os processos que lhes dão origem. Tal origem está também relacionada à produção de discursos sobre o rural e de poderosas imagens e símbolos, através dos quais o rural é representado como o "outro", em relação ao urbano. Isto implica em múltiplas narrativas que relacionam as práticas materiais, representacionais e simbólicas, cada uma apresentando características particulares que internalizam relações dialéticas. O hibridismo re-apresenta um processo de produção de espaços, feitos territórios, em um

> movimento de vir-a-ser e de perpétua transgressão (criação) (RUA, 2006, p. 89).

Ressaltamos que mesmo nesse trânsito entre escalas, em se tratando da ruralidade dos sujeitos devemos nos atentar para relações específicas "dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo, por meio de seus trabalho e do seu habitat, [...] pela resistência aos efeitos desagregadores" (WANDERLEY, 2001, p. 42). Portanto, para Schneider e Blume (2004) "estas seriam as características distintivas do rural brasileiro, a serem reconhecidas e percebidas em qualquer pequeno município".

Dentro desse contexto de direcionamento teórico, entre uma territorialidade que reafirma o campo e outra que se apropriando de um hibridismo se fortalece enquanto identidade territorial rural, apresentaremos metodologias que visam evidenciar as características singulares do rural brasileiro, considerando a demografia, a economia, a base física e a dinâmica social evidenciadas pelos atributos das condições de vida. Sendo que cada um destes elementos terá maior peso a depender da metodologia empregada.

As metodologias que se propõem a desmistificar o fim do rural brasileiro

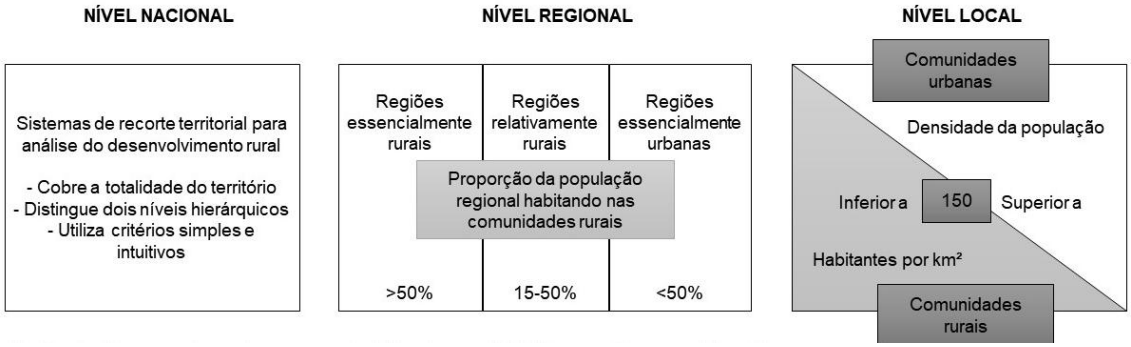
Percorreremos esta etapa indo desde a abordagem metodológica mais objetiva e digamos, simples, até a mais complexa, perpassando pela inserção de elementos subjetivos nas metodologias empregadas. Iniciamos pela proposta da OCDE que em vias de buscar uma melhor organização do planejamento de políticas de desenvolvimento, procura em experiências empíricas, índices que orientem uma padronização de elementos passíveis de comparação entre os 24 países membros da organização em 1994. Os países são representados por: Áustria, Austrália, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

Assim, visam sair da normatização vigente em cada país para instituir parâmetros mais gerais, que pudessem ser encontrados em todos membros. De acordo com Schneider e Blume (2004), essa busca encontrou meios a partir da articulação das dimensões do território, do desenvolvimento rural, "entendido como conceito plurissetorial que engloba questões de natureza múltipla e a dimensão temporal" que se refere à periodicidade das dinâmicas e a dimensão histórica das técnicas, economia ou comportamental. Foi utilizada como variável a

demografia por entendê-la como neutra, devido a considerar natural o meio rural ser menos povoado, mas que não atribui atraso, apenas a menor concentração.

Utilizando critérios demográficos, a partir da densidade demográfica a metodologia (FIG. 2) articulará dois níveis escalares: o regional, que se apresenta organizado a partir de nomenclaturas diferentes nos 24 países, mas que guarda em si funções e escala de ação semelhantes; e o nível local como o nível inferior na hierarquia.

FIGURA 2 – OCDE - Sistema de recorte territorial e seus critérios de classificação



FONTE: OCDE (1994, p.26) apud Schneider e Blume (2004, p 118)

No nível local é verificado a densidade de pessoas em cada comunidade, tendo como corte o índice de 150 hab/km², sendo comunidades rurais as que possuírem valor menor e comunidades urbanas as que estiverem acima do patamar. Neste quesito, devido às características demográficas e sua base física, o Japão teve como índice mediador de 500 hab/km², sendo está a exceção. Delimita-se assim a partir de um primeiro filtro, as comunidades rurais e as comunidades urbanas. A partir deste nível, relacionando a proporção da população regional habitando nas comunidades rurais, tem-se: a) regiões essencialmente rurais onde mais de 50% da população encontrada habitem em comunidades rurais; b) regiões relativamente rurais, com população de comunidades urbanas ocupando entre 15 e 50%; c) Essencialmente urbanas, onde mais de 50% da população habite em comunidades urbanas.

Estabelecido um padrão entre os países, delimitando recortes territoriais, a metodologia da OCDE permite a aplicação de variáveis e elementos de análise com base em escalas conceituais mais precisas, onde apresenta um quadro aberto para aprofundamento das questões específicas de cada lugar. Pois

> permite que se avalie e analise o desenvolvimento rural não apenas como um conceito complexo e plurissetorial, mas por meio de indicadores que facilitem a descrição de aspectos demográficos, sociais, econômicos e ambientais, indispensáveis ao entendimento deste processo (SCHNEIDER; BLUME, 2004, p. 118).

Essa primeira aproximação de uma metodologia com fundamento territorial em escala continental, dá base para o desenvolvimento e aplicação dos instrumentos em outras localidades, no entanto, deve-se ter em mente a condição de criação desta abordagem e quem esteve evolvido na análise, ou seja, os 24 países. Como toda metodologia em ciências humanas, sempre que se busca sua aplicação na forma de modelo pronto, tendemos a incorrer em erro por perder no processo as especificidades locais. Para o caso brasileiro, deve-se observar se os critérios demográficos devem manter-se os valores. Neste sentido, Veiga (2003) vai operacionalizar princípios semelhantes, considerando a densidade demográfica como elemento de pressão antrópica sobre o meio, ou seja, maiores pressões, mais urbanizadas serão estes municípios.

Veiga (2003) parte da crítica da normatização do rural e urbano brasileiro balizando-se em critérios legais, definindo respectivamente campo e cidade a partir de oposições que se manifestam a partir do pensamento de um ponto fixo onde reside o indivíduo. Isso faz com o que o Brasil desponte como um país de grande urbanização. Este aspecto, serve para mistificar o desenvolvimento atrelando-o especificamente à ideia do par urbanização-desenvolvimento, neste sentido faz sua crítica evidenciando que o Brasil não possui especificamente um eixo de desenvolvimento (VEIGA, 2001) o que dificulta pensar políticas públicas que o torne efetivo.

Partindo da densidade demográfica e o patamar populacional, Veiga (2003) faz uma análise dos municípios brasileiros (TABELA 1), tendo como base o censo de 2010, observando o comportamento da relação entre os dados selecionados. A divisão é feita em sete classes sendo a menor para municípios de até 2000 habitantes e a maior indo de 100.000 a 150.000 habitantes.

TABELA 1 – Classes demográficas e suas respetivas populações, áreas e densidade de habitantes a partir do censo brasileiro de 2000

Classe (hab.)	Pop. (milhares)	Área total (mil km²)	Dens. (hab./km²)
Até 2.000	172,2	34,8	4,9
2.001 – 5.000	4.316,2	644,8	6,7
5.001 – 10.000	9.376,7	1.442,0	6,5
10.001 – 20.000	19.654,6	2.275,0	8,6
20.001 – 50.000	28.700,7	2.815,5	10,2
50.001 – 75.000	12.111,1	451,2	26,8
75.001 – 100.000	8.799,9	477,3	18,4
100.001 – 150.000	9.169,3	109,2	84,00
Total	92.300,7	8.249,8	11,2

Fonte: Veiga (2001)

Tendo os dados da tabela como base, Schneider e Blume (2004, p. 120) indicam que Veiga (2001) para instituir os níveis de operação, "estabelece critérios de corte baseados na concentração e rarefação da população brasileira". Ao verificar a evolução da população contata-se que o crescente número populacional segue e proporção típica até a classe intermediária (de 20.001 a 50.000 habitantes), após, tende a cair significativamente, podendo ser feita a relação com a área total dos municípios que acompanham o decréscimo, resultando em densidades superiores às anteriores. Também é observado o expressivo aumento da densidade da classe de munícipios delimitados entre 100.001 e 150.001, chegando a 84 hab./km². Veiga (2003) então indica que o índice ideal para delimitar o porte dos municípios é de 80 hab./km².

Estipulado os índices a serem tomados como parâmetros na metodologia de delimitação entre rural e urbano, Veiga (2003) divide os municípios em: de pequeno porte onde manifestam simultaneamente densidade demográfica de 80 hab./km² e 50.000 habitantes de população total; municípios de médio porte, onde a densidade seja superior a 80 hab./km² ou a população total esteja no intervalo de 50.001 a 100.000 habitantes.

Para tanto, segundo Veiga (2003), em números aproximados, 52 milhões de brasileiros vivem em municípios de pequeno porte, considerados como rurais, não pertencendo ao inequivocamente urbano (57%), nem ao essencialmente rural (30%). Sendo que aproximadamente 13% habitam municípios intermediários que tem por característica apresentar porte médio, como pode ser evidenciado no quadro 1.

QUADRO 1 – Tipologia resultante da proposta de Veiga (2003)

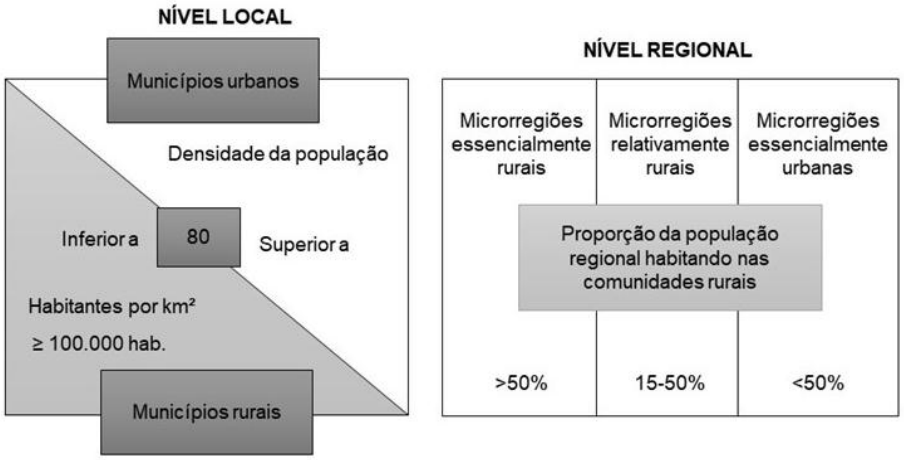
Nome do Grupo	Características	Nº de Municípios	% do total de municípios em 2000	População	% da população total em 2000 (aprox.)
Inequivocamente Urbanos	Municípios de AUM* e os Centros Uranos** com mais de 100.000 hab.	456	8,28	96.493,773	56,8
Intermediários	Municípios de porte médio	567	10,29	21.678.698	12,76
Essencialmente Rurais	Municípios de pequeno porte	4484	81,42	51.6.26.999	30,39

*Aglomeração urbana metropolitana segundo IPEA/IBGE/Unicamp (2001)
**A publicação IPEA/IBGE/Unicamp (2001, v1, p.78) apresenta 62 centros urbanos, porém, Veiga (2003) apresentou em sua metodologia 77 centros urbanos, os quais são os municípios com mais de 100.000 habitantes no ano de 2000. Para a classificação apresentada respeitamos os 77 centros urbanos expostos pelo autor.

Fonte: Veiga (2003)

Tanto as metodologias propostas pela OCDE (1994), quanto de Veiga (2003) possuem semelhanças por uma abordagem que visa delimitar recortes a partir de dados demográficos elencados como definidores da condição rural dos municípios. Para tanto, estas metodologias podem e devem ser adaptadas às realidades com recortes distintos. Sobre isso, Blume (2004) propõe uma adaptação a partir da abordagem Territorial Escalar Hierarquizada (TEH), onde com base no estado do Rio Grande do Sul busca utilizar as duas metodologias territoriais para delimitar o rural e sua aplicabilidade, posterior a isso indicar as substituições e complementaridades a partir da realidade gaúcha. Tendo como síntese a figura 3, que demonstra as adaptações.

FIGURA 3 – Quadro sumário do sistema de recorte territorial da metodologia TEH



Fonte: Blume (2004)

Como na operacionalização da OCDE, Blume (2004) utilizará dois níveis escalares hierárquicos, sendo o nível local representado pelo município e o regional pelas microrregiões delimitadas pelo IBGE, se aportando também na variável densidade demográfica como critério definidor entre urbano e rural, se embasando em um patamar populacional.

Apoiando-se na densidade de 80 hab./km² e patamar em 100.000 habitantes como corte, para os municípios (escala local) tem-se: os

> que apresentarem densidade demográfica menor que 80 hab./km² serão classificados como Municípios Rurais. Os que apresentarem densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km², ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para população total, serão classificados como Municípios Urbanos (BLUME, 2004, p .124).

Portanto, ao se apropriar da abordagem da OCDE e de Veiga, Blume (2004) demonstra de forma empírica o caráter aplicável da metodologia, evidenciando sua importância diante da necessidade de demonstrar novas formas de compreensão do rural brasileiro, sobretudo no Rio Grande do Sul, provando uma justa presença dentro do pensamento sobre desenvolvimento na medida que aumenta a percepção do lugar e seu tamanho, destacando as possibilidade de ir além de noções residuais que tomam o campo como subalterno da cidade.

As abordagens anteriormente evidenciadas utilizaram, em um primeiro momento para delimitar o corte territorial, a variável demográfica em número absolutos e em razão da área. De outro modo, existem abordagens que visam delimitar o rural essencialmente a partir da variável econômica. Sob este aspecto está ancorado o trabalho de Girardi (2008), que procura a partir da ideia de *continuum* delimitar níveis de urbanidades no rural por um espectro de gradação entre o rural mais impactado e o rural mais enraizado em sua tradição, admitindo-se a relação e influência entre campo e cidade as consequências em ambos. Nestes termos,

> O rural mais intenso seria caracterizado pelas baixas densidades demográficas e geração de riqueza e ocupação da população predominante no setor primário; opostamente, o urbano mais intenso seria caracterizado pelas grandes densidades demográficas e geração da riqueza e ocupação da população predominante no setor terciário. Os diversos níveis de rural e de urbano seriam definidos a partir da maior semelhança com ou outro extremo. Desta forma poderiam ser compreendidos os mais diversos tipos existentes no vasto e complexo território brasileiro (GIRARDI, 2008, p. 53).

Para a abordagem metodológica, o autor se baseia em dados do Produto Interno Bruto (PIB) ao qual a o município está economicamente inserido, também na População Economicamente Ativa (PEA). Sob o aspecto da manipulação dos dados é utilizado a análise multifatorial por meio de Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) e triangulação dos três setores econômicos. Resultando em variáveis: C1 = municípios rurais; C2 = municípios rurais com economia baseada no setor terciário; C3 = municípios urbanos; C4 = municípios urbanos industriais/mineradores (GIRARDI, 2008). Como resultado são geradas cinco tipologias (QUADRO 2) que determinam níveis diferentes dentro da ideia de graduação.

QUADRO 2 – Classificação da população urbana e rural da tipologia de Girardi (2008)

População urbana	**População rural**
Todos os habitantes dos municípios de regiões metropolitanas independentemente da localização de área estabelecida pelo IBGE	Todos os habitantes dos municípios rurais e municípios rurais com economia baseada no setor terciário, independentemente da localização de área definida pelo IBGE
Todos os habitantes dos tipos municípios urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores que residam nas seguintes localizações de área definidas pelo IBGE: a) cidade ou vila – área urbanizada; b) área urbana isolada; c) aglomerado rural de extensão urbana.	Todos habitantes dos municípios urbanos e municípios urbanos industriais/mineradores que não residam nas três localizações de área utilizadas para definir a população urbana (a,b,c)

Fonte: Girardi (2008); Organização: Autor (2019)

A partir da tipologia de Girardi (2008), diferentemente das anteriores o grau de urbanização da população brasileira se apresenta bem maior, em torno de 74%, nos dando a medida que ao alterarmos as variáveis que delimitaram o recorte territorial, alteramos significativamente os resultados. Este aspecto nos permite dizer que qualquer que seja a metodologia empregada, seu valor está inerido no contexto do interesse em solucionar os problemas das dúbias leituras sobre o rural brasileiro, ainda que se prendam em elementos fundamentalmente objetivos. Portanto, partimos neste momento para a última exposição da metodologia que nos parece mais se aproximar de níveis que mais tendem ao qualitativo.

O projeto "Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas" coordenado pelo Instituto Interamericano para Cooperação (IICA e patrocinado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. A proposta do projeto é partir de uma visão desvinculada da perspectiva setorista, caracterizar tipos de rural a partir da abordagem multidimensional (QUADRO 3), dando condições de pautar o rural além da produção agropecuária, entendendo-o como forma territorial da visa social com particularidades e importância indispensáveis para a sociedade brasileira (BITOUN; MIRANDA; ARAUJO (2015).

QUADRO 3 – Construção da tipologia: bases para a análise multivariada

Dimensões	Habitat	Trabalho e condições de vida		Dinâmicas recentes	
		Trabalho	Condições de vida	Econômicas e demográficas	Políticas
Atributos	Densidades das centralidades no município	Estrutura ocupacional	Densidade de equipamentos, de serviços básicos, de comunicação e econômicos	Evolução demográfica recente	Agrárias
	Proporção da população em áreas rurais e nas cidades	Estrutura fundiária		Relação de migrantes naturais	Agrícolas
	Densidade de população em áreas rurais	Relação Agricultura Familiar ou Agricultura Patronal	Vulnerabilidade dos residentes	Razão de sexo	De Meio Ambiente
	Distâncias a centralidade municipal e extramunicipal	Relação mono atividade ou pluriatividade	Diversidade étnico cultural	Envelhecimento	De equipamentos em áreas rurais e pequenos municípios
	Distâncias às rodovias e hidrovias	Mobilidade para o trabalho		Evolução do Valor Agregado Bruto por Setores	

Fonte: PROJETO: Repensando a Ruralidade no Brasil (2003)

Parte-se de três premissas (BITOUN; MIRANDA; ARAUJO, 2015) para alavancar do debate e ajudar a delimitar o eixo em que se insere sua perspectiva. A primeira trata da impossibilidade de entender o rural de forma estática, desvinculada de contextos de formação e construção da sociedade brasileira e a interdependência dos elementos e dimensões que a compõem. A segunda, quase que como um produto da primeira, visa atentar para a heterogeneidade brasileira nas diversas escalas, dando relevo ao impacto que as diferentes e desequilibradas relações sociais geraram historicamente, identificando permanências e mudanças que se tornam concretas no território. A terceira responde pela identificação da problemática institucional como produto da visão setorista que permeia o debate.

Ainda, as premissas não desconsideram as intricadas relações do campo e cidade, entendendo que o que se apresentam, sobretudo são complementaridades e interdependência de diversas funções que fazem parte da dinâmica socioeconômica. Para tanto, ao realizar a análise do habitat com base nos dados dos setores censitários selecionados, tem-se como produto as classes (QUADRO 4) de uma primeira aproximação das classes.

QUADRO 4 – Classes de regiões e dimensionamento da população residente no meio rural

Brasil – Classes: Essencialmente Rural, relativamente rural, urbano	Municípios	Área Km²	Pop. Total (2010)	Percentual pop. Total Brasil
1A Essencialmente rural "Isolado"	562	3.436.337,2	10.172.453	5,33
1B Essencialmente rural "Próximo"	2.654	1.866.507,1	26.567.059	13,93
2A Relativamente Rural "Próximo"	276	1.578.631,5	8.658.211	4,54
2B Relativamente Rural "Isolado"	1.466	703.732,5	25.026.670	13,12
3A Urbano exceto Metrópoles e Capitais Regionais	232	592.383,4	19.764.106	10,36
3B Urbano em Metrópoles e Capitais Regiões	375	325.137,4	100.567.300	52,72
Totais	5.565	8.502.729,1	190.755.799	1000

Fonte: Bitoun; Miranda; Araujo (2015)

Em momento posterior o projeto procurou tipificar o rural brasileiro por meio das demais dimensões (QUADRO 3, da página anterior) dispostas em mapas e colocados em sobreposição, e análise multisetorial de atributos, sendo utilizado como recorte o município como unidade espacial, excetuando o 375 (Classe 3B) municípios que representam o grande urbano (BITOUN; MIRANDA; ARAUJO, 2015), resultando em 26 tipos regionalizados dos rural brasileiro.

Vemos a partir dos resultados obtidos pelo projeto um avanço significativo na abordagem do rural brasileiro na medida em que baliza sua metodologia a identificar atributos e dimensões mais precisas e diferenciadas, pautando particularidades territoriais.

Neste sentido, após apresentar as metodologias empregadas pela OCDE (1994), Veiga (2003), Blume (2004), Girardi (2008) e o Projeto Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas, é notável a dimensão tanto espacial, quanto social e econômica que o rural brasileiro se insere mesmo diante da tentativa se colocado como inferior e atrasado a partir da visão setorista tão influente nas políticas públicas empregadas desde o século passado. Infere-se que mais que a redução do rural, é a cegueira sobre seus novos conteúdos e dinâmicas que tornam imprecisas qualquer delimitação que se proponha efetivar, porém, as relativamente novas metodologias permitem que seja identificado o novo rural brasileiro em suas mais diversas escalas e perspectivas, assim, podendo proporcionar outros direcionamentos referentes às políticas púbicas do campo.

Considerações finais

Traçamos nesta proposta um caminho que vai desde a identificação das abordagens teórico-metodológicas em que o rural brasileiro foi delimitado, nos permitindo posteriormente demarcar cinco metodologias diferentes com base na categoria instrumental "território". Estas utilizadas como artificio elucidativo para demonstrar as possibilidades de encarar o desafio de territorializar o rural.

Fica evidente que houve um crescente qualitativo nas abordagens tendo em vista a aproximação das recentes interpretações com a realidade. Neste sentido, o rompimento do elemento normativo como exclusivo permite meios de analisar particularidades e a identificação de territorialidades, sobretudo a partir de formas de ruralidades, dando novos contornos ao debate.

Ainda, o elemento demográfico sendo tendencialmente o definidor do campo ou cidade é insuficiente para uma caracterização, classificação ou análise se empregado sozinho. Pode-se partir dele, mas não o tornar um fim e si mesmo. A demografia é importante para a compreensão de certos aspectos, mas não deve ser desvinculada dos modos de vida, bem como das condições culturais e físico-geográficas. Sob esse aspecto, o cruzamento de possíveis variáveis bem delimitadas pelo projeto "Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas", demonstram significativamente novas possibilidades de compreensão do território brasileiro.

Para tanto, podemos inferir que o debate ganhou corpo ao longo das duas últimas décadas (2000 – 2010) culminando no melhor entendimento dos conteúdos e sujeitos envolvidos no rural, tendo importância como elementos definidores: a relação com a natureza, a especificidade social e os valores vinculados ao campo. Sendo assim cada vez mais passiveis de serem incorporadas nas análises e fundamentando políticas de desenvolvimento territorial. Portanto, desmistificar o fim do rural no Brasil se apresenta como fundamental a partir da necessidade de compreensão do novo rural. Se impondo na medida que novos desafios se apresentam diante do imperativo de resistir à imposição da homogeneização dos espaços promovidos pelo capital.

Agradecimentos

Agradecimento em especial à FAPEMIG pelo apoio financeiro mediante concessão de bolsa de doutorado.

REFERÊNCIAS

BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia Izabel Bezerra de; ARAÚJO, Tania Bacelar de. AS Ruralidades Brasileiras e os Desafios para o Planejamento Urbano e Regional. In: ENAPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. **Anais... .** Belo Horizonte: ENANPUR, 2015. p. 1 - 22.

BLUME, Roni. **Território e Ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **O RURAL E O URBANO: É POSSÍVEL UMA TIPOLOGIA?** Presidente Prudente: UNESP, 2008. 84 p.

HESPANHOL, Rosangela A. M. Field and city, rural and urban in contemporary Brazil. **Mercator**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.103-112, 30 set. 2013. Mercator - Revista de Geografia da UFC. http://dx.doi.org/10.4215/rm2013.1202.0007.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins.

OCDE. **Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale**. Paris: OCDE, 1994.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o Conceito do Rural. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 4, n. 7, p.20-28, jan. 2004

RUA, J. URBANIDADES NO RURAL: o devir de novas territorialidades / URBANITIES ON RURAL AREAS: the becoming of new territorialities. **CAMPO - TERRITÓRIO: REVISTA DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, v. 1, n. 1, 11. 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a. 384 p. (Coleção Milton Santos).

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. ENSAIO PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DA RURALIDADE: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 1, n. 107, p.109-135, jun. 2004.

SOJA, Edward. **Postmetrópolis:** estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sue-os, 2008.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2.ed Campinas: Autores Associados, 2003. 304 p.

VEIGA, José Eli da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, N.I., v. 43, n. 15, p.101-119, jan. 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). **Una nueva ruralidad em America Latina?** Buenos Aires, p. 31-44, 2001.